
As informações estatísticas e as relações de género: Uma proposta de construção de um índice cultural de género

Zuleica L. C. de Oliveira

O presente trabalho se constitui em um desdobramento de uma pesquisa anterior (1) voltada para a construção de um Índice Cultural de Género (ICG) que permitiu a mensuração das mudanças ocorridas na família e na condição da mulher para todos os municípios brasileiros, tomando como referência às informações do Censo Demográfico de 1991. Os indicadores que integram o ICG estão referidos a duas dimensões básicas. A primeira trata da dimensão da família, compreendendo cinco indicadores que versam sobre a instabilidade das uniões, o adiamento da formação dos casais, a constituição das uniões sem vínculos legais, à mudança nos padrões da reprodução biológica e os arranjos familiares alternativos ao modelo de família assentado na ética do provedor. A segunda dimensão está relacionada aos aspectos referentes à condição feminina, sendo constituída por sete indicadores que dizem respeito ao celibato feminino, a liderança doméstica feminina, ao diferencial etário entre os cônjuges, ao diferencial de escolaridade entre os cônjuges, a integração da mulher cônjuge com filhos pequenos à esfera pública do trabalho, a mudança no padrão ocupacional feminino e a provisão da família.

Para efeito deste trabalho serão examinadas apenas as mudanças processadas na dimensão da família no espaço metropolitano do país, o que será feito a partir dos indicadores que serviram de base para a construção do ICG. Cabe assinalar que se pretende apresentar o ICG como um recurso metodológico que permite trazer para o campo das informações estatísticas, aspectos aproximados da dimensão cultural de género, o que significa considerar além das dimensões voltadas para a esfera pública (produção/ mercado), aquelas que se relacionam à esfera privada (domicílio/família/parentesco) da vida social.

I Algumas indicações prévias

Antes de entrar na questão propriamente dita da construção do Índice Cultural de Género, cabe situar, em linhas gerais, a natureza do conhecimento estatístico. Esta reflexão se faz necessária na medida em que é preciso, inicialmente, avaliar a adequação do conhecimento estatístico para a análise das relações de género. Em primeiro lugar, pode ser dito que o conhecimento estatístico é uma forma de pensamento classificatório que resulta de “fatos”, que são socialmente construídos (Besson, 1995). Ou seja, o conhecimento estatístico decorre do que já foi previamente definido pela sociedade (Fouquet, 1995). Nesse sentido, o conhecimento estatístico é um espelho e uma parte integrante do debate social. Ele expressa uma imagem particular da sociedade, que está fundada em um olhar, que é sempre subjectivo, parcial, selectivo e contingente (Fouquet, 1995). Em vista disso, o indicador estatístico, antes de ser apenas um número, se constitui em um enunciado que reflecte a representação que a sociedade tem sobre si mesma. Assim, o olhar da estatística é expressão, em última instância, do reconhecimento da sociedade sobre os “fatos” sociais.

A realidade social, que é objeto da observação estatística, é uma realidade, moldada pelas normas e pelas representações sociais. A realidade social é filtrada por intermédio de um modelo conceitual que fornece os critérios para a classificação dos “fatos” sociais e, por conseguinte, para a produção estatística. Esse modelo é, por sua vez, influenciado pela cultura patriarcal, que permeia todas as dimensões da sociedade, estando entranhada tanto na família como na reprodução social e biológica da espécie humana (Castells, 1999).

A linguagem estatística é constituída por operações prévias de codificação que se distinguem do código estatístico *stricto sensu*, incorporando tanto a dimensão social como a política. A codificação homem/mulher, feita por intermédio das informações estatísticas, se

fundamenta na representação social sobre as relações de género, em particular sobre o lugar ocupado pela mulher, na esfera privada da família. Em vista disso, os quadros de observação da estatística não são encontrados na realidade social, mas, sim, nas normas sociais, culturais ou, nas normas jurídicas. Entre os códigos que informam a concepção das informações estatísticas, os de natureza jurídica talvez sejam os mais imediatos.

A linguagem estatística não codifica somente as relações de poder entre os homens e as mulheres, serve também para reforçá-las. A linguagem estatística, apesar de manter uma aparente neutralidade, exerce um papel importante para a formulação e para a manutenção da visão de mundo, calcada em valores masculinos. Todas as operações da prática estatística, desde a elaboração dos questionários, da codificação até a construção e a divulgação das informações estatísticas, estão embebidas pelas representações e pelas normas culturais que definem o lugar dos homens e das mulheres na vida social. Dessa forma, o modo de construção das estatísticas expressa a organização e a dinâmica das relações de poder entre os homens e as mulheres.

Mas qual é a particularidade do conhecimento estatístico? Em que medida ele se distingue dos demais tipos de conhecimento científico? Em linhas gerais, a sua especificidade é dada pela passagem da singularidade para a generalização. Para tanto, o conhecimento estatístico pressupõe as operações prévias de convenção de equivalência, de codificação e de classificação (Desorieres, 1995). O conhecimento estatístico permite a combinação de elementos heterogêneos e dispersos da realidade e a sua substituição pelas sínteses e pelas classes de equivalência.

O cálculo da média, por exemplo, é uma medida desenvolvida por Quetelet que permite transformar os elementos heterogêneos da realidade em sínteses. Essa noção foi construída, tomando por base, de um lado, a ideia da “generalidade da distribuição de probabilidades gaussianas” e, de outro, as séries históricas das estatísticas, sobre casamentos, suicídios e crimes. Quetelet partiu da análise de aspectos diversificados e mensuráveis do comportamento individual para chegar ao estabelecimento de regularidades macro-sociais. Ou seja, ele subordinou o mundo social, que é aleatório e imprevisível, às leis das probabilidades, levando ao estabelecimento de regularidades empíricas do comportamento individual.

Importa destacar, que esse procedimento, do qual se originaram os indicadores estatísticos, se fundamenta na ideia da existência de “um homem médio ideal.” É essa ideia, que informa a noção da neutralidade relativa de género, que preside a concepção da produção estatística em todos os momentos de seu processo de elaboração. O indivíduo, retratado pelas informações estatísticas, é concebido como um indivíduo “sem género”, reflectindo, na verdade, uma identidade, que é sempre masculina. A concepção do desenho das estatísticas continua se fundamentando na dicotomia público/privado, bem como na associação da figura masculina com o espaço público do trabalho e do feminino com o espaço privado da reprodução.

A proposta de construção de um Índice Cultural de Género visou responder a necessidade de inclusão na área das informações estatísticas de dimensões relativas ao espaço privado da vida social. Essas dimensões que expressam aspectos das culturas de género são cruciais para a compreensão das desigualdades existentes entre os homens e as mulheres. O Índice Cultural de Género (ICG) está, por sua vez, baseado em pressupostos teórico-metodológicos que cabem ser explicitados. O primeiro deles guarda relação com a natureza particular das desigualdades de género. Ou seja, as desigualdades de género se fundamentam em traços que embora fazendo parte da antiga ordem tradicional permaneceram no capitalismo contemporâneo para reforçar a subordinação feminina. As desigualdades de género apontam para questões que estão referidas a demanda por identidade social. Os direitos das mulheres têm a ver com obstáculos culturais à uma participação igualitária com os homens, exigindo uma mudança de atitudes e das normas dominantes (Darendorf, 1988).

As desigualdades de género expressam, na realidade o que Marshall (1963) chamou de desigualdade qualitativa que ao contrário da desigualdade quantitativa ou económica pode ser eliminada por intermédio do acesso a direitos. As relações de produção e as forças do mercado não são os únicos factores de diferenciação social existentes. Elas são mediadas por outros factores, entre os quais de destaca o de género, que está voltado para uma instância da desigualdade que não corresponde especificamente ao económico. As desigualdades de género se baseiam nas dimensões

normativa ou cultural, implicando, em relações de status que transcendem ao universo económico (Barbalet, 1986).

Em vista disso, priorizar a dimensão económica da desigualdade e, por conseguinte, conceber a configuração da matriz de desigualdade apenas em termos da contradição entre o capital e o trabalho não leva à compreensão da natureza das desigualdades de género. Esse tipo de desigualdades está relacionado a orientações e a necessidades distintas das de classes. As desigualdades de género estão referidas à construção da identidade pessoal e social. Não se trata apenas de interesses de classe, mas de interesses que têm relação com direitos e com status. As prerrogativas mais do que os provimentos ganham espaço na sociedade contemporânea, indicando que o princípio de classe já não se constitui no único norteador das relações sociais. Desta forma, a busca de entendimento sobre as desigualdades de género leva a introduzir em nosso quadro analítico, a dimensão cultural, entendida enquanto expressão das culturas de género, em particular das mudanças ocorridas nas relações entre os homens e as mulheres na esfera do privado.

A ideia do Índice Cultural de Género está fundada em uma concepção que pretende trazer, para o campo da elaboração das estatísticas, uma aproximação possível da dimensão cultural de género. O ICG permite medir as transformações que têm ocorrido na esfera da vida privada, identificando as alterações que têm se processado na estrutura familiar bem como o afastamento das mulheres dos seus papéis tradicionais na vida social. A ideia básica é buscar, na medida do possível, a superação da noção de neutralidade relativa de género, que informa, em geral, a construção e a divulgação das informações estatísticas. Ressalte-se, que a feitura deste Índice está restrita aos limites, impostos pela própria natureza das informações estatísticas.

O Índice Cultural de Género (**ICG**) objectiva, portanto, mensurar as mudanças nas relações de género na sociedade brasileira. Ele visa medir as transformações que tem ocorrido na esfera da vida privada, esfera que é relevante para o entendimento das desigualdades existentes entre os homens e as mulheres, bem como visa a também medir o acesso feminino ao espaço público da vida social. Desta forma, está se enfatizando não o lado da permanência, mas o lado da mudança, das transformações havidas nas culturas de género. Além disso, se está também identificando os contornos dessas transformações no espaço brasileiro, com vistas à implementação de políticas sociais.

Assim, se poderá mapear a intensidade da “revolução simbólica” (Almeida, 1997) empreendida pelas mulheres no território nacional ao longo dos últimos vinte e cinco anos, o que se reveste de importância para a luta política em prol da cidadania feminina. Ao tornar visível esta “revolução” se está combatendo a noção de neutralidade relativa de género que preside todas as fases da prática estatística, como também se está contribuindo para o aumento da auto estima das mulheres, na medida em que o **ICG** permite a identificação das conquistas femininas tanto na esfera privada como na esfera pública.

Para a formulação do ICG a abordagem de Bourdieu (1999) foi um instrumento valioso, já que alguns de seus conceitos, como o de habitus, têm se mostrado úteis quando utilizados segundo a perspectiva analítica das relações de género. Em vista disso, a contribuição desse autor, juntamente com os desdobramentos de seu pensamento, feitos pela teoria feminista (Macall, 1995 e Almeida, 1997) se constituíram em uma referência relevante para a construção do Índice Cultural de Género. Outra referência digna de nota foi a de Castells (1999), em particular a sua reflexão sobre o patriarcalismo.

O repensar feminista (Macall, 1992, Almeida, 1997) do conceito de habitus possibilitou introduzir na formulação de Bourdieu (1999) a dimensão da mudança que não está contida na matriz de seu pensamento. Essa dimensão é de fundamental importância para se entender o novo formato adquirido pelas identidades de género em uma sociedade caracterizada por um intenso e rápido processo de transformação, sobretudo, na esfera da intimidade, da emoção e do privado. Nesse sentido, é possível pensar em habitus de género que podem assumir tanto a conformação de um “sistema de disposições” (que são ao mesmo tempo determinações estruturadas como

dimensões estruturantes), calcado na ordem patriarcal legitimando a dominação simbólica masculina, como também em um “sistema de disposições” que se contrapõe, por outro lado, a ordem patriarcal, e que se constituiu em “novos habitus de género” resultantes da mudança havida nas culturas de género durante os últimos vinte e cinco anos.

Os primeiros, calcados no princípio do primado da masculinidade, permitem a perpetuação da dominação masculina, apoiando-se na família que se constituiu no principal sustentáculo do capital simbólico. A família, e de modo particular, o tipo de família que se baseia na divisão dos papéis sexuais homem/provedor e mulher/dona de casa em tempo integral é para Bourdieu (1999) o locus preferencial da dominação masculina. O modelo de família assentado na ética do provedor que cada vez mais se ancora menos na base material devido a crescente participação feminina na força de trabalho continua encontrando, porém, sustentação no plano simbólico.

Para Castells (1999) o sustentáculo do patriarcalismo é encontrado no tipo de família com núcleo patriarcal (homem provedor, mulher dona de casa em tempo integral e filhos). A crise no tipo de família assentado na ética do provedor expressa, por outro lado, a emergência de “novos habitus de género” que indicam uma transformação profunda na configuração da família e da condição feminina (Giddens, 2000).”

Assim, os “novos habitus de género” reflectem, na realidade, as mudanças que estão ocorrendo na vida privada, com impactos evidentes sobre os relacionamentos pessoais, a sexualidade, o casamento e a família bem como sinalizam também para o enfraquecimento do modelo de família assentado na ética do provedor que a matriz cultural dominante continua elegendo como modelo ideal. Portanto, o Índice Cultural de Género pretende não apenas medir a “revolução simbólica” das mulheres brasileiras, como o seu grau de intensidade no contexto metropolitano do país.

II- Os factores de mudança na família no contexto metropolitano do país

A mensuração do Índice Cultural de Género revelou que a transformação levada a efeito na esfera do privado, das emoções ou no plano da intimidade na sociedade brasileira teve como cenário privilegiado as grandes cidades brasileiras, onde se realizam, preferencialmente, os processos socioculturais modernizadores. Esta transformação se difundiu por todo o espaço urbano metropolitano nacional, muito embora com intensidades variadas, eclodindo, por sua vez, tanto nas metrópoles do Centro/ Sul do país como nas metrópoles do Nordeste e Norte. A partir do cálculo do ICG foi possível separar os municípios núcleo das áreas metropolitanas brasileiras segundo seis blocos distintos construídos em função do grau de intensidade das mudanças processadas na família e na condição da mulher.

O bloco I é integrado pelo município de Porto Alegre que alcançou isoladamente o valor mais elevado do ICG, cerca de 74,28. O bloco II é formado pelos municípios do Rio de Janeiro (69,99) e de Salvador (69,42) nos quais o valor do ICG foi praticamente semelhante, situando-se em torno de 69,00. O bloco III já reúne um número maior de municípios pertencentes a regiões com níveis de desenvolvimento social e económico distintos, o que reafirma a disseminação daquelas mudanças no espaço metropolitano do país. Este bloco é constituído pelas cidades de Recife (65,05), Brasília (64,52), Belém (63,65) e de Belo Horizonte (63,22). O bloco IV é representado apenas pelo município de Fortaleza que experimentou um patamar menor de mudanças, apresentando um Índice no valor de 60,51. O bloco V inclui os municípios, de São Paulo (56,57) e de Goiânia (56,11), que apresentaram praticamente o mesmo valor de ICG. Por fim, o último bloco (VI) que reflecte o grau mais reduzido das transformações levadas a efeito na família no conjunto metropolitano do país compreende somente o município de Curitiba, no qual o ICG foi da ordem de 53,56. Importa, contudo, examinar os aspectos de mudança na família que mais se disseminaram pelo conjunto metropolitano brasileiro bem como aqueles que apresentaram tendências de transformação ainda incipientes.

III- Os factores de mudança na família no contexto metropolitano do país:

A análise dos aspectos que integram a dimensão da família do Índice Cultural de Género revela tendências de mudança que merecem ser explicitadas. O primeiro deles trata do aumento do número de separações e de divórcios. Ao longo das últimas décadas se assistiu à passagem do estigma da prática do divórcio para a sua aceitação e normatização. Esta passagem é expressão, em grande medida, da introdução do princípio igualitário nas relações matrimoniais, reflectindo, por sua vez, a transferência para a vida privada da ideia de igualdade de oportunidades, de maior autonomia e de liberdade pessoal (Torres, 1996). Assim, se vislumbra na base do aumento do número de divórcios uma mudança mais abrangente nas práticas sociais que se contrapõe aos papéis sexuais hierarquizados no interior da família e que eram dominantes durante as décadas anteriores.

Na impossibilidade de se utilizar informações sobre o número de separações e de divórcios que não estão disponíveis por intermédio do Censo Demográfico de 1991 se recorreu ao exame de um indicador sobre instabilidade das uniões que pode ser considerado como uma aproximação ainda que subestimada do número de separações e de divórcios. Este exame mostrou que a prática dos casais se unirem mais de uma vez tem sido utilizada por camadas expressivas da população metropolitana. O indicador sobre a instabilidade das uniões apresentou uma incidência elevada nos municípios núcleo de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e de Brasília e nas periferias do Rio de Janeiro, Belém e de Recife.

Por outro lado, este indicador experimentou a sua menor incidência nos municípios de Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo e nas periferias de Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte e de Curitiba. Este resultado permite perceber que a instabilidade das uniões parece ser um reflexo tanto da modernização de valores que vem ocorrendo na sociedade brasileira como também é expressão das precárias condições de vida de parte importante da população, sobretudo das periferias de Belém e de Recife.

O outro aspecto da transformação verificada na família está relacionado ao adiamento da formação dos casais que pode ser mensurado a partir do indicador sobre a idade média ao casar. O padrão de aumento da idade média ao casar traduz, em última instância, o fato do casamento já não se constituir na única alternativa de vida para as mulheres. O acesso feminino à escolaridade foi decisivo para a modificação deste quadro, permitindo à mulher o questionamento de seu lugar de subordinação na família bem como à sua integração no espaço público do trabalho. A possibilidade aberta às mulheres de exercício de uma carreira profissional em níveis competitivos com os da população masculina bem como a busca por uma maior liberdade individual no plano da vida privada, ou mesmo as dificuldades de natureza económica tem levado os homens e, sobretudo as mulheres a postergarem o casamento.

É interessante mostrar que o adiamento do casamento está, em grande medida, associado ao nível socioeconómico dos municípios núcleo do contexto metropolitano. Ou seja, o aumento da idade média ao casar se processou com maior intensidade nos núcleos e na periferia das áreas metropolitanas do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte). Em contraposição, foram nos municípios núcleo de Fortaleza, Recife, Belém, Curitiba e de Goiânia e nas periferias de Salvador, Goiânia, Belém e de Curitiba que este indicador experimentou a incidência mais baixa. Assim, o aumento da idade média ao casar parece estar expressando uma mudança de comportamento que está indicando a modernização de valores socioculturais.

A formação de uniões sem vínculos legais tem se constituído também em um traço característico das mudanças que têm se processado na estrutura familiar em período recente. A importância crescente das uniões sem vínculos legais assim como o seu reconhecimento legal é evidente no Brasil. A comparação feita entre a proporção de mulheres que viviam em união consensual em 1960 e 1980 ilustra este fato, cerca 3,7% e 11,8% respectivamente. Essa tendência vem se mantendo durante as décadas seguintes, denotando a menor influência da legitimação jurídica sobre as novas configurações familiares, em particular entre os segmentos médios, urbano e

metropolitano. Vale salientar, que as uniões consensuais adquirem, porém, no Brasil uma outra conotação que reflecte as precárias condições de vida de grandes contingentes da população brasileira. A maior incidência das uniões sem vínculos legais foi encontrada nos núcleos de Belém, Salvador e de Porto Alegre e nas periferias de Belém, Salvador e de Recife. Cabe, por outro lado, enunciar que foi nos núcleos de Belo Horizonte, Curitiba, e de São Paulo, entre outros, e nas periferias de São Paulo, Curitiba, Goiânia e de Belo Horizonte que a prática das uniões consensuais apresentou a menor incidência.

Um outro aspecto que retrata a transformação ocorrida na família diz respeito à mudança levada a efeito nos padrões da reprodução biológica. Ressalte-se que a redução nos níveis de fecundidade das mulheres brasileiras se consolidou de fato durante os anos setenta. O tamanho médio da família alcançou o valor 3,9 no Brasil em 1990. Como era de se esperar o comportamento da fecundidade variou em função das condições socioeconómicas da população. Neste sentido, os níveis mais baixos de fecundidade das mulheres foram encontrados nos núcleos do Rio de Janeiro, Porto Alegre e de Belo Horizonte e nas periferias do Rio de Janeiro, Porto Alegre e de São Paulo. Alegre (1,31) onde se constataram os níveis mais reduzidos de fecundidade. Cabe mencionar, que os núcleos de Brasília, Salvador, Recife, Belém e de Fortaleza e as periferias de Goiânia, Salvador, Fortaleza e de Belém experimentaram, por sua vez, os níveis mais elevados de fecundidade.

Por fim, o último aspecto examinado foi o do peso do modelo de família homem provedor/mulher dona de casa em tempo integral, no conjunto dos demais arranjos familiares. O declínio deste tipo de arranjo familiar tem se constituído em um dos fatos mais marcantes da transformação experimentada pela estrutura familiar ao longo das últimas décadas. Dentre as alternativas ao modelo assentado na ética do provedor cabe, inicialmente, destacar o arranjo constituído pelas famílias com um único progenitor e filhos pequenos. Este tipo de família, sobretudo mulher e filhos, vem experimentando um aumento bastante significativo ao longo das últimas décadas. Já, quando se trata de famílias, com um único progenitor do sexo masculino e filhos pequenos o incremento é ainda pouco expressivo, se contrapondo ao padrão observado nos Estados Unidos e nos países europeus, onde a representação desse tipo de família tem mostrado um crescimento digno de nota.

O segundo arranjo familiar que foi objeto de análise é constituído pelas famílias unipessoais, que têm também tido um incremento importante em período recente. Em geral, este tipo de arranjo familiar tem crescido bastante em razão da maior incidência das separações e dos divórcios bem como em função da maior ocorrência do celibato feminino. Em vista disso, o morar sozinho já não se relaciona mais apenas à velhice. O morar sozinho tem expressado tanto o fato dos jovens deixarem a sua família de origem, como também a separação conjugal. Finalmente, resta mencionar ainda o arranjo das unidades domésticas que compreende a coabitação de duas ou mais pessoas que não mantêm laços de parentesco entre si. Esse arranjo tem experimentado um aumento tanto no contexto internacional como no Brasil, muito embora com intensidades variadas. Cabe lembrar, que parte dos integrantes desse tipo de arranjo pode ser constituída pelos casais homossexuais, que não têm, ainda, visibilidade por intermédio das estatísticas correntes.

A análise do indicador sobre os modelos alternativos de família revelou que o modelo de família assentado na ética do provedor apresentou um declínio mais significativo nos núcleos de Porto Alegre, Salvador e de Brasília. Nas periferias a perda de importância deste tipo de família foi mais acentuada em Salvador, Recife e Belém. Por outro lado, foi nos núcleos de Goiânia, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba e de São Paulo e nas periferias de Fortaleza, Goiânia, São Paulo, e de Curitiba que as famílias com liderança doméstica masculina tiveram uma maior influência.

Embora o exame dos indicadores sobre as mudanças na condição feminina não tenham sido objeto deste trabalho, cabe assinalar que o cálculo do ICG permite, também, mensurar as transformações ocorridas na condição da mulher, bem como identificar os seus contornos no espaço brasileiro, o que é de grande valia para a implementação das políticas de género. Assim, se poderá mapear a intensidade da “revolução simbólica”(Almeida, 1997) empreendida pelas mulheres

brasileiras, o que se reveste de significado para a luta política em prol da cidadania feminina. Ao dar visibilidade a esta “revolução” se está combatendo a noção de neutralidade relativa de género, que preside todas as fases da prática estatística, como também se está contribuindo para o aumento da auto estima das mulheres brasileiras.

Notas

Este trabalho faz parte do projecto Sistema Integrado de Indicadores de Género: Uma Proposta de Construção de um Índice Cultural de Género, realizado para o UNIFEM/GTZ/IBAM, Abril de 2001. A operacionalização do Índice Cultural de Género foi feita pelo matemático José Augusto Raupp. A definição das unidades espaciais do projecto Sistema Integrado de Indicadores de Género: Uma Proposta de Construção de um Índice Cultural de Género foi elaborada pela geógrafa Olga Maria Buarque de Lima Friendch

Bibliografia

- ALMEIDA, Marlise Miriam de Moraes. 1997. Pierre Bourdieu e o Género: Possibilidades e Críticas in Série estudos 94, IUPERJ
- BARBALET, J. M. 1986. “Limitations of Class Theory and the Disappearance of Status: The problem of the New Middle Class” in *Sociology*, 1.20, no.4, November, 557-575
- BESSON, Jean Louis, 1995. As Estatísticas Verdadeiras ou Falsas? In *A Ilusão das estatísticas*, Besson, Jean. Louis(org), São Paulo, Editora UNESP
- BOURDIEU, Pierre, 1999 *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil
- CASTELLS, Manuel, 1999. *O Poder da Identidade (a era da informação: Economia Sociedade e Cultura)*, São Paulo, Paz e Terra
- DARENDORF, Ralf. 1988 *O Conflito Social Moderno. Um Ensaio sobre a Política da Liberdade*, Jorge Zahar Editor, Editora da Universidade de São Paulo
- DESROSIÈRES, Alain. 1996 *Du Singulier au General: L’Information Statistique et la Construction de l’État*. Communication à Conference “ Informação para uma Sociedade mais Justa IBGE, 27 a 31 de maio de 1996, Rio de Janeiro, Brasil
- FOUQUET, Annie, 1995. As Estatísticas no Debate Social in Besson, Jean Louis (org), *A Ilusão das estatísticas* São Paulo, Editora UNESP
- GIDDENS, Anthony. 2000. *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença
- MACCAL, Leslie, 1995. Does Gender Fit? Bourdieu, Feminism and Conceptions of Social Order. *Theory and Society*, vol.21, n.6, Dezembro
- MARSHALL, T.H. 1963. *Cidadania, Classe Social e Status*.
- TORRES, Anália, C. 1996. *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora